

UFF REAGE EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Ao lado, docentes no ato conjunto de 3 de outubro; abaixo, na sequência, detalhe do UFF na Praça em Niterói; aula pública sobre o Future-se na Cantareira; manifestação no CUV e #A UFF Campos Faz, em Ururá, em Campos dos Goytacazes



Lutz Fernando Nabuco



Lutz Fernando Nabuco

A comunidade universitária de Niterói e fora da sede foi às ruas, às praças, promoveu debates e se manifestou no CUV para defender a educação pública e os direitos ameaçados. A Aduff participou e ajudou a construir, com as demais entidades dos três segmentos, essa jornada de mobilizações contra o Future-se, os cortes orçamentários, as privatizações e o retrocesso democrático, expresso na tentativa de censura a um ato político. E reafirma: a unidade e a participação precisam avançar e crescer para deter o projeto de Bolsonaro de destruição da universidade pública, dos direitos trabalhistas e previdenciários e da liberdade de expressão e manifestação.



Lutz Fernando Nabuco



ZULMAR ROCHA



Mauro da Costa

Editorial



A nova versão do Future-se e o risco da destruição da universidade pública

Começou a circular, na segunda quinzena de outubro, uma nova versão do projeto Future-se. Buscando aparentar que ele pode trazer algo de bom para as universidades e institutos federais, o governo, em mais uma de suas inúmeras *fake news*, acrescentou autonomia universitária em algumas frases, cedeu espaço para as fundações, tirou a possibilidade de cobrança dos hospitais e garantiu a presença de representantes das universidades no Comitê-Gestor.

Não obstante, nenhuma dessas mudanças altera o projeto em sua estrutura: o Future-se continua sendo a destruição do tripé ensino, pesquisa e extensão; da formação crítica e socialmente referenciada; de cursos e campi que não forem considerados lucrativos; do concurso público para docentes e técnicos – enfim, da universidade como a conhecemos hoje, já que ela teria que se moldar totalmente ao mercado.

Ademais, uma leitura mais cuidadosa da nova versão do Future-se demonstra que boa parte dos "avanços" é apenas exercício de retórica. Como assegurar o respeito à autonomia universitária se

haverá um contrato com indicadores de desempenho que "serão estabelecidos por ato do Ministério da Educação, ouvidas [apenas ouvidas, sem nenhum poder de decisão] as universidades e os institutos federais", e a obrigação de reduzir gastos com pessoal? E quem seriam estes "representantes das universidades e institutos federais" no Comitê-Gestor? O texto intencionalmente não fala em reitor, e não poderia ser diferente vindo de um governo que não respeita a vontade das comunidades acadêmicas nas nomeações para tal cargo.

Tudo isso só reforça a posição deliberada na assembleia da Aduff-SSind, na assembleia comunitária da UFF e no Conselho Universitário: é preciso dizer não ao Future-se em sua totalidade. Não há negociação possível com um projeto que afirma com todas as letras querer acabar conosco.

Porém, não devemos ser ingênuos. O governo já está mobilizando os seus aliados para tentar aprovar o Projeto de Lei do Future-se, inclusive a bancada das universidades particulares, em outra prova inequívoca que se trata de mais um confisco do fundo público pelo se-

tor privado. Outro aspecto a estarmos atentos é como os setores ligados às fundações dentro das universidades irão se movimentar. Não podemos descartar a hipótese, inclusive, de eles tentarem reverter decisões já tomadas.

Os tempos estão duros, mas a educação tem conseguido impor uma resistência à qual, ainda que não esteja no patamar necessário para garantir os direitos da classe trabalhadora, o governo não esperava. O pseudodiálogo desta nova versão do Future-se (em contraste com a primeira, que os Reitores conheceram junto com a sociedade) indica que a sua aprovação não será tão simples como seus formuladores imaginavam. Também tem sido nossa luta garantir o término do segundo semestre nas Instituições Federais de Ensino. Não temos nenhuma dúvida que, sem a grande pressão que fizemos, não haveria reversão dos cortes. Mas o objetivo de Bolsonaro e sua equipe é destruir a educação pública no Brasil. Portanto, precisamos intensificar nossa mobilização e seguir dialogando com a população sobre a qualidade e a importância da Universidade pública em suas vidas.

Aduff Itinerante

Integrantes da Diretoria da Aduff-SSind têm percorrido diferentes unidades e departamentos da Universidade, com o intuito de estreitar relação entre o sindicato e os docentes e pautar os temas que repercutem no cotidiano universitário. Em setembro, participou de debates sobre o 'Future-se'. Entre eles, os organizados pelo Colegiado de Unidade Ampliado da Escola de Enfermagem e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Neste mesmo mês, a direção da Aduff visitou, entre outros departamentos, os de Engenharia e Meio Ambiente; Ciência da Computação; Engenharia Elétrica; Economia; Fundamentos de Enfermagem e Administração; Antropologia; Geoquímica; Geografia; Letras Estrangeiras Modernas; Relações Internacionais; Comunicação Social, Nutrição Social - todos em Niterói. As visitas não se restringem a cidade-sede da UFF e envolvem os outros campi fora de sede, a exemplo de Macaé e Volta Redonda.

ADUFFZAP
21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins semanais com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.



Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

PLANTÕES JURÍDICOS

Aduff divulga plantões pelo site e Aduffzap

Em Niterói, plantões são às sextas; nas demais cidades, de acordo com demandas encaminhadas via CR

A Aduff oferece aos docentes sindicalizados assessoria jurídica na sede em Niterói e plantões nos campi da UFF nas demais cidades. O plantão jurídico descentralizado foi instituído em 2018. Os advogados Carlos Boechat, Júlio Canello e Gabriela Fenske se revezam nos atendimentos. Os plantões são marcados de acordo com as demandas que chegam ao sindicato pelo Conselho de Representantes. A agenda é divulgada no site da entidade e pelo serviço Aduffzap (21-97276-2018). O atendimento semanal regular na sede, em Niterói, ocorre às sextas-feiras, de 9h às 13h.

Associação dos Docentes da UFF

**ADUFF
SSind**

 Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Edição concluída em 18 de outubro de 2019

Biênio 2018/2020

 Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguilar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedrosa • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélio L. Filho
Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves
Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com
Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br
Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind
Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos - Niterói - RJ - CEP 24.210-590 Telefone: (21) 3617.8200

UFF disse não ao Future-se e aos cortes na greve de 48h

Manifestação unificada no Centro do Rio defendeu a educação pública e rejeitou as privatizações do governo e a 'reforma' da Previdência

A paralisação nacional de 48h nos dias 2 e 3 de outubro defendeu o fim dos cortes, a recomposição orçamentária, a rejeição do Future-se e das políticas que atacam a autonomia universitária e as liberdades democráticas. Houve debate, rodas de conversa, mesas redondas, oficinas, atos públicos e eventos de apresentação da Universidade em pelo menos seis cidades: Niterói, Angra dos Reis, Volta Redonda, Macaé, Rio das Ostras, Friburgo e Campos dos Goytacazes. A comunidade universitária foi ainda ao Conselho Universitário (CUV) para criticar e cobrar uma posição do colegiado sobre dois fatos: a tentativa de censura que ocorrera na UFF

no caso do ato #MoroMente e a declaração de apoio ao Future-se por parte do ex-reitor Sidney Mello. Representantes das entidades se manifestaram, mas não houve quórum.

No Rio, ato unificado encerrou a Greve de 48h. Tomar as ruas contra o processo de desmonte do Brasil, em defesa da Educação, dos serviços públicos e contra as privatizações: esse foi o recado que a Greve Nacional de 48h da Educação levou para as ruas do Centro do Rio, na noite de quinta (3). O ato unificado das entidades da Educação e das Centrais Sindicais saiu da Candelária e terminou na Avenida Chile, com falas em defesa da Petrobrás e da soberania nacional.



A presidente da Aduff, Marina Tedesco, no CUV, no 1º dia da greve de 48h

Em Macaé e Rio das Ostras, greve teve debates, cinema e ato nas ruas

A Greve de 48h da Educação teve ainda atividades na UFF em Rio das Ostras e em Macaé, parte delas com a participação conjunta das comunidades dos dois campi. Em Macaé, a mobilização começou no dia 2 com ocupação visual e panfletagens. Na manhã seguinte,

a comunidade universitária se incorporou ao Ato em Defesa das Estatais, com os petroleiros (Sindipetro-NF).

Em Rio das Ostras, foi exibido o filme "Acabou o amor, isso aqui vai virar o Chile", no primeiro dia, seguido de debate. O documentário tem a direção do cineasta argentino radicado

no Brasil Carlos Pronzato e aborda o movimento estudantil secundarista que ocupou as escolas públicas de São Paulo em 2015. Logo após, ocorreu uma plenária convocada pelos três segmentos universitários, que reafirmou a necessidade da unidade para defender a universidade pública.

Na tarde do segundo dia da paralisação, mesa redonda em Macaé debateu um tema que preocupa diante de projetos como o Future-se: "Qual o prazo de validade da educação no interior?". A comunidade da UFF de Rio das Ostras também participou, se deslocando de ônibus até

Macaé. Ao final da tarde, um ato unificado em frente à Cidade Universitária buscou dialogar com a população. Além de professores e estudantes das UFF Macaé e Rio das Ostras, também participaram servidores e estudantes da UFRJ, CAP, FEMASS e IFF Macaé.

Mobilizações na UFF em Volta Redonda, Angra e Friburgo

Na Aduff, em conjunto com o Comitê em Defesa da Educação e da Aposentadoria, promoveu dois debates na UFF de Volta Redonda (Aterrado), na tarde do dia 2 de outubro. O primeiro, "Cortes na Universidade Pública e o Atraso do Future-se", contou com a participação da professora Catharina Meirelles (UFF-VR) e do professor João

Carlos Escosteguy. Mais tarde, a mesa "Contrarreforma da Previdência e o impacto na vida das mulheres" teve a presença de José Luiz Alcântara e Mariana Barros.

UFF Angra

Na UFF Angra, o dia 2 de outubro contou com oficina colaborativa de produção de vídeos, roda de conversa sobre conjuntura e atividade de

exibição de vídeos e panfletagem e diálogo com a população em Jacuecanga.

UFF Friburgo

A Greve de 48h teve CineDebate, com o filme "Democracia em Vertigem", no auditório do ISNF, no dia 2 de outubro, organizado pelo movimento estudantil, com apoio da Aduff.



Atividade na Greve de 48h em Macaé

Mobilização leva ao CUV repúdio à censura e à declaração de Sidney pró-Future-se

Docentes, técnicos e estudantes levaram ao Conselho Universitário (CUV), no dia 2 de outubro, moções de repúdio pela censura que se tentou impor a uma atividade na Faculdade de Direito e à declaração de apoio do ex-reitor da UFF Sidney Mello ao Future-se.

Representantes da Aduff, do Sintuff, do DCE e de outros coletivos estudantis defende-

ram ainda o abono dos dias de trabalho e de estudo na greve de 48h. Ressaltaram que a decisão de parar unificou a comunidade acadêmica em repúdio a ataques que a universidade vem sofrendo.

As moções foram definidas na Plenária dos três segmentos, que antecedeu a paralisação. Foram apresentadas, mas não havia quórum para votá-

las e serão reencaminhadas ao próximo CUV.

A professora Marina Tedesco, presidente da Aduff, disse que o vídeo no qual o professor Sidney Mello aparece com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apoiando o Future-se é um desrespeito à comunidade e às posições tomadas em duas sessões do Conselho. "Primeiro repudian-

do, depois rejeitando a adesão a este programa", disse. Marina Tedesco também criticou a manutenção do CUV, no qual nem o reitor nem o vice compareceram, em meio às 48 horas de lutas. "Estamos sendo atacados brutalmente, numa campanha de difamação dos trabalhadores e dos estudantes, e deveríamos estar mobilizando a universidade e conversan-

do com a população e não [no Conselho]", afirmou.

A dirigente da Aduff disse ser inaceitável a decisão da Reitoria de censurar, a pedido do MEC, o ato na Faculdade de Direito (#MoroMente), que acabou realizado por força de um mandado de segurança. "Foi uma ação que não acontecia nesta universidade desde a redemocratização", disse.

UFF nas praças mostra importância da universidade pública e busca apoio da população

Na Greve Nacional de 48h da Educação, nos dias 2 e 3 de outubro, a UFF foi às ruas e às praças para defender a universidade e mostrar a importância destas instituições públicas de ensino superior para a população e o país. Defendeu-se, de diversas formas, o fim dos cortes e a recomposição do orçamento, além da rejeição do projeto Future-se – apontado como a entrega da universidade para o mercado privado. Nestas páginas, relato e imagens de duas atividades – em Campos dos Goytacazes e em Niterói – buscam ilustrar o que foi feito e o que pode ser feito nesta luta, que está longe de terminar e que também passa pela busca do apoio da população a algo que lhe pertence: a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e que cumpra o seu papel social.

Em Campos, apresentação da UFF em praça de bairro popular

#AUFFCAMPOSFAZ foi uma iniciativa de estudantes, docentes e técnicos da UFF Campos dos Goytacazes, deliberada em reunião do Fórum dos três segmentos. O evento foi realizado no distrito de Ururáí, bairro periférico de Campos, a partir do debate sobre a importância de “romper a bolha” e realizar atividades não só no Centro, mas também nos bairros mais distantes e periféricos da cidade. As atividades começaram na manhã de quarta (2), primeiro dia da Greve de 48h da Educação, e se estenderam até o início da noite com debates, rodas de conversa, oficinas e atividades de recreação.

A ideia agora é dar continuidade ao projeto, circulando por outros bairros de Campos. “Acho que todo mundo que ajudou a construir o dia 2, saiu de Ururáí com sensação de dever cumprido e de que a gente consegue fazer muito mais.

A troca de conhecimento foi muito boa e motivou a gente a continuar. Queremos muito retornar a Ururáí, mas também ir a outros bairros, fortalecendo os vínculos da Universidade com a população de Campos”, destaca a estudante Maria Júlia Eccard, que integra a gestão do DCE e coordenou a atividade.

A professora Ana Costa, do curso de Serviço Social da UFF Campos, concorda. “A atividade foi vibrante e mobilizou um grande número de estudantes em nossa primeira vez em Ururáí, que é um bairro que sofre com problemas crônicos, como enchentes e escassez de transporte público. Foi tudo muito sem recurso, mas, mesmo assim, os professores contribuíram, a Aduff contribuiu com as camisas – o que deu um visual legal ao evento. Essa é a primeira de muitas [atividades] que a gente pretende fazer”, declara. (Por Lara Abib)



Fotos: Mauro de Souza



A atividade #UFF Campos Faz levou um pouco da universidade para um bairro periférico do município - Ururáí. Construído a partir da organização dos três segmentos (estudantes, docentes e técnicos), o resultado da iniciativa empolgou os participantes, que pretendem dar continuidade à proposta



Em Niterói, atividade ocorreu no Centro e atraiu atenção da população

Em Niterói, a comunidade da Universidade Federal Fluminense foi às ruas mostrar à sociedade um pouco da ‘balbúrdia’ produzida na instituição, expondo diferentes trabalhos próximo ao Terminal Rodoviário, no Centro. A atividade, organizada pelas entidades representativas dos três segmentos (Aduff, Sintuff, DCE), ocorreu no primeiro dia da Greve Nacional de 48h da Educação, 2 de outubro.

De acordo com Douglas Leite, professor do Direito e diretor da Aduff, a campanha difamatória contra a universidade e o exercício das atividades docentes merecem e precisam de resposta. “Tentamos estabelecer, na rua e na conversa com as pessoas, o sentido do trabalho na universidade e de uma mobilização que não pode parar”, disse, ao defender investimentos para o setor – pesquisa, ensino e extensão. Douglas estava acompanhado dos colegas Tâmis Parron (História) e Rogério Dultra (Direito), representando o “Centro UFF sobre desigualdades globais” – um dos *stands* expostos na rua, assim como os trabalhos de docentes e alunos dos cursos de Letras, Geografia, Comunicação Social, Biologia, Matemática, Educação Física, entre outros.

Mara Kiefer, professora de Biologia da UFF, acompanhada por um grupo de estudantes da graduação, foi categórica: “A balbúrdia que fazemos é em favor da ciência, da educação, em prol do meio ambiente e da sociedade. Viemos mostrar um pouco disso para as pessoas”, disse. Ela apresentou um grupo de animais – répteis e anfíbios – de notória ‘má fama’. “Como todas as outras espécies, são extremamente importantes nos ecossistemas em que habitam e fazem parte de uma

cadeia, da manutenção do equilíbrio do ecossistema”, disse. “As informações que produzimos podem não ser utilizadas de forma imediata, mas outros colegas usam essas informações em suas pesquisas. Um exemplo conhecido é um medicamento produzido (Captopril) a partir do veneno da jararaca, cujos princípios ativos são utilizados com fins medicinais”, enfatizou.

A estudante Polyana Sathler, do terceiro período de História, que integra o programa de extensão e de pesquisa Turismo Social UFF, coordenado pelo professor Bernardo Cheibub, se emocionou ao falar do sucateamento imposto à universidade. “Atendemos pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, tanto na universidade quanto na sociedade. Pensamos que o lazer e o turismo são para todos”, disse.

A política de contingenciamento de verbas, explicou, foi sentida pela equipe, que participou da atividade, no Centro de Niterói, com espírito de luta e de tristeza. “Fazemos visita em outros lugares, como Penedo e Petrópolis, mas não temos mais ônibus e não conseguimos chegar ao nosso público-alvo. E quando a sociedade não vê esse problema [as consequências do corte], o problema se alastra”, disse a jovem. (Por Aline Pereira)



Fotos: Luiz Fernando Naburo



UFF na Praça, em Niterói, aconteceu próximo ao Terminal Rodoviário, no Centro, e teve a participação da comunidade acadêmica de vários *campi* e departamentos da universidade, inclusive de fora da sede; docentes, estudantes e técnicos participaram e dialogaram com a população



Aduff divulga balancetes de fevereiro e março de 2019

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de fevereiro e março de 2019, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de fevereiro de 2019	
Contribuição de Associados	359.353,71
Receita Operacional	359.353,71
Receita Financeira	8,38
Resgate/Aplicação	13.000,26
Saldo bancário anterior	20.632,10
Devoluções	6.817,24
Reembolso EBTT	3.271,15
Saldo caixinha anterior	319,28
RECEITAS	403.402,12
Salários	48.564,57
13º Salário	29.305,16
INSS	32.732,86
FGTS	6.710,02
Vale-transporte	2.857,90
Férias	25.681,91
Assistência médica	9.137,66
Contribuição sindical	58,14
Vale-Cultura	667,55
Despesas com pessoal	155.715,77
Despesas tributárias (IRF, PIS etc.)	7.995,46
Despesas bancárias	803,79
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.017,96
Outros prestadores de serviço por PF	1.682,00
Despesas com veículo	444,70
Despesas de cartório	
Material de escritório	1.863,70
Telefone, água, luz, internet	6.048,52
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc.)	32.130,50
Correios	
Material de consumo copa/cozinha	1.549,76
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	6.817,52
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	1.434,42
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	1.184,40
Congresso/Conad Andes-SN	26.835,48
Caravana SP	2.700,00
Outras Despesas	105.008,21
Andes-SN	71.870,74
Fundo Único Andes-SN	5.749,66
Doações a entidades e movimentos sociais	32.212,77
CSP-Conlutas	14.086,67
Repasse a entidades	123.919,84
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	384.643,82
Disponibilidades	
Saldo de caixa-pequeno	250,24
Saldo em Conta Corrente de movimento	18.508,06
Saldo aplicado	533.548,09
Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	608.296,76
Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	213.588,21

Balancete de março de 2019	
Contribuição de Associados	358.462,12
Receita Operacional	358.462,12
Receita Financeira	5,69
Resgate/Aplicação	
Saldo bancário anterior	18.508,06
Devoluções	
Saldo caixinha anterior	250,24
RECEITAS	377.226,11
salários	62.656,49
13º Salário	
INSS	30.437,48
FGTS	9.451,52
Vale-transporte	3.361,50
Férias	
Assistência médica	9.825,33
Contribuição sindical	58,14
Vale-Cultura	667,55
Despesas com pessoal	116.458,01
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	9.870,03
Despesas bancárias	805,89
Honorários advogado	13.800,00
Honorários contador	1.046,22
Outros Prestadores de Serviços por PF	4.387,37
Despesas com veículo	654,30
Despesas de Cartório	300,00
Material de escritório	
Telefone, água, luz, internet	6.339,42
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	34.439,00
Correios	
Material de consumo copa/cozinha	326,31
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc)	10.311,45
III ENE	1.500,00
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	2.120,66
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	22.124,97
Outras Despesas	108.025,62
Andes-SN	71.692,42
Fundo Único Andes-SN	5.735,39
Doações a entidades e movimentos sociais	13.297,28
CSP-Conlutas	14.051,72
Repasse a entidades	104.776,81
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	329.260,44
Disponibilidades	
Saldo de caixa-pequeno	232,94
Saldo em Conta Corrente de movimento	47.732,73
Saldo aplicado	524.746,05
Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	608.296,76
Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	218.479,04

‘Temos o direito de viver’

Morte de Ágatha, aos 8 anos, numa ação não explicada da Polícia Militar, gera reação e revolta contra a política de Witzel para segurança pública. Em 8 meses, foram 1.249 mortes em favelas e bairros populares por mãos policiais; ‘Rio virou uma cidade túmulo’, diz uma mãe que perdeu o filho para violência do Estado

Lara Abib
Da Redação da Aduff

“Falar o quê, mais uma? A gente já não tem palavras mais para dizer, a gente não está aguentando mais”. A frase é de Mônica Cunha, da Rede de Mães Contra a Violência do Estado e da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, ao chegar ao ato que percorreu as ruas do Complexo do Alemão na manhã do dia 21 de setembro, um sábado. O protesto de moradores do Alemão saiu da Grota e foi até a comunidade da Fazendinha pedindo justiça para Ágatha Félix, de 8 anos, morta na noite anterior, enquanto voltava para casa de van, com a mãe. Moradores afirmam que não havia confronto entre policiais e traficantes na ocasião e que o PM efetuou um disparo contra uma moto quando a bala atingiu a criança nas costas.

“Tenho 54 anos e todo dia é uma luta para acordar sem meu filho. Saber que mais uma mãe vai ter que viver com isso, é muito ruim. A gente não está fazendo um bloco de mães, a gente tem que acabar com isso. Se é para vir para a rua, seremos as primeiras. O Rio de Janeiro virou uma cidade túmulo, e nós não admitimos mais, nós queremos viver. Vê se escuta, governador! O meu povo tem direito de ficar em suas casas, quem construiu isso aqui, fomos nós. Não temos que sair abatidos!”, disse Mônica, emocionada, enquanto o ato subia até o local em que Ágatha foi assassinada.

Moradora do Alemão, Mônica Trajano também pediu a palavra enquanto o ato subia: “Olha a opressão desse carro ‘pacificador’. Ele está na esquina em que Ágatha foi baleada para que a comunidade não descesse para protestar. Esse carro blindado que é pago com nosso dinheiro e é feito para nos matar. Esse carro pacifi-

cador não pacifica ninguém, ele mata. Muita gente diz ‘esse povo dos direitos humanos não tem o que fazer’, mas tanto tem que eu estou aqui. E estou aqui porque preciso sobreviver, porque sou resistência, e não porque o Estado quer. Estão acostumados a nos tratar como bichos. Vamos parar com essa história de que favelado defende bandido, a gente defende a vida. Mas elege bandido! São os nossos que morrem todos os dias. Eles não querem que a gente vá para a faculdade, que a gente vá ao cinema, à praia. Ocupamos os espaços porque somos teimosos”.

“A polícia vai mirar na cabecinha e fogo!”

Aquele seria o primeiro de pelo menos quatro atos que aconteceram no Rio contra a política de morte do governador do estado, Wilson Witzel (PSC). No domingo, dia 22 de setembro, o velório de Ágatha também foi marcado por protestos. Na segunda, manifestação convocada com o nome de “Por Ágatha, dizemos: parem de nos matar!” foi às escadarias da Alerj pedir fim à agenda de extermínio do governador do estado. No dia 27 de setembro, dia de São Cosme e Damião, dos Ibejis ou Erês, os moradores do Complexo do Alemão retornaram às ruas para dizer “Vidas nas Favelas Importam”.

Desde que Witzel tomou posse como governador do estado do Rio, operações policiais nas favelas cariocas mataram, até agosto, 1.249 pessoas, uma média de cinco mortes por dia. Após a morte de Ágatha, movimentos de favela do Rio denunciaram Witzel e o Estado brasileiro à Organização das Nações Unidas (ONU). O documento foi enviado à Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, e à Relatoria Especial sobre Execuções Su-



Manifestante no ato em frente à Alerj, três dias após a morte de Ágatha

márias e Extrajudiciais, relatando as violações de direitos humanos nas favelas do Rio de Janeiro.

Por que balas perdidas sempre encontram corpos negros?

Segundo a revista *Veja*, na noite que Ágatha foi mor-

ta, cerca de 20 PMs foram até o hospital em que a menina foi levada para tentar recuperar o projétil que a matou. Os policiais acabaram impedidos pela equipe médica. O procedimento correto, nos casos de assassinato por arma de fogo, é que a bala retirada do corpo da vítima seja encami-

nhada à Polícia Civil, responsável por apurar os crimes. No dia 1º de outubro, aconteceu a reconstituição do crime no Complexo do Alemão. Dos cerca de 20 policiais que participavam da operação naquela noite, apenas dois se apresentaram voluntariamente para a simulação.



As políticas de segurança do governador do Estado e do governo federal foram apontadas como genocidas

ENTREVISTA

Professor João Cláudio Alves, da UFRRJ

'Política de guerra a drogas e encarceramento alimentam criminalidade no Rio'

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1998), José Cláudio Alves é professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisa a atuação dos grupos de extermínio há mais de duas décadas e é o autor de "Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense", publicado em 2003.

Nesta entrevista concedida à jornalista Aline Pereira, da Redação da Aduff, ele explica por que avalia que o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro, não combaterá a criminalidade, ao contrário. Relata o crescimento das milícias, que ganharam destaque na mídia após a execução brutal da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, mas que, afirma, estão enraizadas no cotidiano fluminense desde os anos 1970.

O professor José Carlos Alves ressalta o sofrimento que estas ocupações armadas dos territórios periféricos causa às populações mais pobres, o aumento da letalidade das ações policiais e menciona números de assassinatos e mortes muito acima dos noticiados pelos jornais e registrados nos órgãos de segurança pública. Sustenta, ainda, que a política de encarceramento e punição, associada à guerra às drogas e ao tráfico, tratado como crime grave, produz o efeito contrário ao que é anunciado como objetivo dos governantes: alimenta e fortalece os grupos criminosos armados e a rotina de extermínios e ilegalidades.

Pacote Anticrime: mais mortes

“Essa questão do pacote anticrime do Moro tende a agravar e a piorar a situação da segurança pública por vários motivos. Um deles é o excludente de ilicitude dessa dimensão que ele propõe em relação à ação dos agentes públicos de segurança. Isso permitiria operações que levassem às mortes sem que os policiais pudessem responder por essas ações. Isso já ocorre e é muito comum dentro da polícia no Rio de Janeiro. O número de homicídios cometidos pela polícia tem crescido vertiginosamente, ampliou-se em torno de 40% em relação ao ano passado. As investigações já não ocorrem no modelo atual. Do total de homicídios cometidos, apenas 7,8% são investigados pela polícia. E se você abre essa dimensão da não imputabilidade das mortes para o aparato policial, isso vai levá-lo a matar mais ainda e mais de-

senfreadamente do que já faz. Essa lógica está no discurso do [presidente Jair] Bolsonaro, 'do bandido bom é bandido morto', que é o discurso dos grupos de extermínio e das milícias que se originaram dos grupos de extermínio. O que vem se processando é um abrandamento do controle social sobre o aparato de segurança e a permissividade para a extrapolação, a barbárie, a prepotência, a truculência. Tenho registros da Baixada Fluminense como um todo de várias operações cometidas por milícia, que tiveram o respaldo do aparato policial - na presença de policiais, tanto militar quanto civil. Então, se você transforma a polícia em algo desse porte, ela já está comprometida, ela não só vai ser a proteção e o escudo da milícia, como ela vai operar conjuntamente e matando junto com a milícia mais intensamente. Esse é um dos graves erros do pacote, que não tem nada de pacote anticrime, porque não con-



Os presídios se transformaram em máquinas de tortura, de transformar o sofrimento dos presos em força de organização dentro dos grupos organizados por dentro dos presídios

trola e não coíbe esse fundamental crime que é o das milícias e da polícia agindo de forma criminosa, violenta e truculenta.”

Pacote Anticrime: encarceramento fortalece facções

“O outro problema é o aumento da pena, da punição, do encarceramento e o prolongamento da permanência das pessoas nessa estrutura penitenciária. Isso não é solução. A estrutura penitenciária funciona perfeitamente para a organização das facções do crime organizado. O Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, assim como as grandes organizações criminosas, já se constituíram desde o seu início a partir dos presídios. Se você reforça a atitude punitiva e prisional, você reforça a construção dessa estrutura; as pessoas não são recuperadas e não são reinseridas na sociedade. Muito pelo contrário. Os presídios se transformaram em máquinas de tortura, de transformar o sofrimento dos presos em força de organização dentro dos grupos organizados por dentro dos presídios. Desde o final de 2016, tem sido visível o morticínio de facções dentro dos presídios – uma dimensão da barbárie que o Estado não controla. Aliás, o Estado

funciona favorecendo a presença dessas facções, porque são agentes do poder público, agentes de segurança que se beneficiam com a presença dessas facções. São eles que controlam tudo o que entra nos presídios e têm tabela de preço para isso. As facções vão pagar para poder proteger e salvar os seus membros, ou, no caso do PCC, seus 'irmãos'. É um grande erro a manutenção dessa estrutura de encarceramento no sistema penitenciário sem a sua total reformulação, sem trabalhar com penas sociais reduzidas para quem comete menores crimes [como furto ou tráfico de drogas], que são tratados como grandes criminosos.”

Escalada armamentista

“Outra dimensão que não está no pacote anticrime, mas está na prática do atual governo, é a escalada armamentista. A propagação de que usando arma e se defendendo você vai melhorar a situação; isso é uma estupidez. E tem provocado o aumento do morticínio, principalmente de mulheres, que são mortas dentro de casa por seus companheiros. Houve um aumento de quase 40% dos casos. Não vejo, em meio a essas práticas, nenhuma possibilidade de melhoria no quadro de segurança pública.”



Críticas à política de segurança do governador no ato no Rio, em setembro, após a morte de Ágatha, de 8 anos

Avanço das milícias: “A população periférica está sendo massacrada”

"A população periférica é afetada diretamente pelo fortalecimento desses grupos criminosos, principalmente das milícias, que vêm crescendo vertiginosamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro – a milícia vem unificando toda a Zona Oeste. [Há pouco], passou a dominar a última favela do Comando Vermelho em Santa Cruz, a Antares. A próxima peça a cair do jogo é Cidade de Deus, e a próxima é Jacarepaguá. Essa faixa da Zona Oeste estará controlada pela milícia, que já avança pela Baixada. Já tem grande parte em Itaguaí. Seropédica já é praticamente dominada pela milícia. Entrando agora pela Estrada Madureira, com operações que ocorreram em julho, tomaram cinco comunidades do Comando Vermelho, num total entre 40 a 60 mortos, numa operação de cem homens portando fuzis. Há um exército de milicianos atuando, composto por membros do aparato de segurança (Polícias Militar e Civil), com toucas ninjas e força bélica muito superior ao tráfico

co nessa região. E isso afeta a população. Quem filmou as operações na Estrada de Madureira e publicou nas redes sociais foi perseguido e vários foram mortos pelos milicianos na região. Você não tem direito sequer de se defender e divulgar o que está acontecendo. A mídia deu um morto nessa região, mas a gente tem notícia de mais de 40 mortos. A população periférica está sendo massacrada."

Chacinas invisíveis

"O assentamento Terra Prometida, na área rural entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu, está sendo invadido por areeiros. Os assentados estão abandonando as suas terras e propriedades porque os areeiros têm parceria direta com os milicianos, amedrontando e expulsando esses posseiros. Em Japeri, a população pobre do bairro de São Jorge (Engenheiro Pedreira) convive permanentemente com a atuação das milícias e do tráfico de drogas disputando áreas e vive em meio a confrontos permanentes. Chacinas 'invisíveis' – como a que ocorreu no dia 17 de fevereiro, um sá-



Ato na Alerj também lembrou assassinato de Marielle e Anderson, ainda sem solução um ano e meio após o crime, que teria envolvimento de milicianos

bado antes do Carnaval, em São Jorge –, em que se fala de 35 a 60 pessoas mortas num baile funk, com atuação direta da Polícia Civil, de grupos paramilitares e milicianos matando pessoas ligadas a uma facção do tráfico. Isso não saiu na mídia e nem foi registrado pela polícia. Em Vila Beira Mar e Jardim Gramacho, você tem atuação permanente da polícia matando pessoas dentro das comunidades

– são massacres diários em cima da população pobre, em operações, sem serem anunciados. Há uma tentativa de transformar terras da União em imóveis particulares, que são vendidos por milicianos à população."

Terreiros

"A população de terreiros de umbanda, de candomblé vem sofrendo sistematicamente com ataques e ameaças

aos terreiros, com produção de terror em cima deles para fechamento desses espaços religiosos de matriz africana. Muitas vezes, são grupos de milicianos ou de traficantes, o tráfico de Cristo, respaldado por discurso religioso de contraposição a essas religiões. Vão estabelecer a lógica de impedimento, agressão e prepotência. É uma escalada em vários níveis do poder dos milicianos."

'Saídas passam por mudar estrutura policial, legalizar drogas e políticas sociais'

"Temos saídas a curto e longo prazo. A curto prazo teria que se fazer atuação direta em cima da estrutura policial para tentar minimamente um controle social, investigação, punição desses grupos de criminosos. Mas como eles estão dentro do Estado, são eles mesmos que investigam a si mesmos e são eles mesmos que se protegem a partir de informações privilegiadas. Teríamos que pensar numa intervenção da Polícia Federal, de grupos externos à realidade do Rio de Janeiro. Não adiantam operações pontuais no tempo e localizadas no espaço. É uma rede que se reconfigura, muda de lugar, de interesse, troca os que estão atuando nessas áreas. Não daria para acreditar que essa

estrutura faria isso, se ela está comprometida diretamente."

Drogas

"Em médio e em longo prazo, teríamos que legalizar as drogas. Enquanto a droga for tratada como droga e alimentar o confronto armado em comunidade e for uma espécie de preâmbulo da entrada da milícia para controlar uma região já controlada militarmente por outro grupo armado, ela, a droga, vai ser o grande fomentador dessas mortes. Tem que tratá-la como saúde, educação, cultura. Numa outra dimensão, para quebrar toda essa estrutura e não ampliar a lógica da guerra. Cada vez que a lógica da guerra é fortalecida, você fortalece o grupo de matadores, da milícia, do 'bandido

bom é bandido morto', com esse discurso de que o inimigo é o tráfico."

Desmilitarização

"Outra mudança é a desmilitarização da estrutura policial, acabar com a hierarquia de comando – onde os comandantes levam a grana, o suborno e controlam toda a estrutura do crime por dentro do aparato policial – e transformar os praças em uma polícia unificada, civil e militar, para atuar e investigar no combate, investigação com inteligência. Dando a ela a capacidade de refletir sobre o seu papel político, enquanto organização, no diálogo direto com a população, sem ser controlada por hierarquias ou dimensões favorecedoras da corrupção dentro da es-

trutura. Dar a esse policial a capacidade de construção da sua ação política profissional no contato com a população."

Políticas sociais

"Em longo prazo, são políticas públicas no campo social, com ampliação da permanência de jovens dentro de escola, atividades socio-culturais, inclusive à noite e no final de semana; acompanhamento psicológico, assistência social para os jovens e as famílias vitimadas pela lógica da violência. Programa de passe livre para acessarem esses programas culturais, permitindo que eles reflitam sobre eles e seus lugares no mundo e na sociedade. Política de urbanização das áreas, cuja política de manutenção da miséria e degradação é

feita pelo Estado. Geração de renda e emprego para jovens. Tudo isso articulado. [Inverter] a lógica orçamentária do governo, em que 47% do orçamento é para pagamento da 'tróika' que manda no país: empreiteiro, banqueiro e agronegócio. Retirar poder desse grupo e lançar recursos sobre a população mais frágil, dar outra dimensão para o orçamento da União. Para isso, teria que ter vontade política. E esse não parece o momento que vivemos hoje – estamos sob a ampliação da lógica da execução sumária, da matança, da liberação desse aparato policial para vitimar os mais pobres, fortalecer a indústria armamentista e beneficiar os que estão no controle dessa estrutura policial."

Notas da Aduff

Morro do Gragoatá: vitória contra a especulação imobiliária

Depois de mais de dois anos de luta política e jurídica, a posse do Morro do Gragoatá retornou à UFF por decisão do Tribunal Federal da 2ª Região. Com terreno de aproximadamente 55 metros de altura e 60 mil metros quadrados, o Morro do Gragoatá foi motivo de litígio após ter sido desapropriado pelo governo federal em favor da universidade há cerca de 40 anos. A área é de proteção ambiental permanente, segundo o Ibama.

Acordo derrubado

Nos últimos dois anos, a disputa envolvia acordo firmado na 4ª Vara da Justiça Federal pelo então reitor da UFF, Sidney Mello, que abria mão da disputa judicial do terreno para a iniciativa privada. A Justiça anulou o referido acordo assinado em 2017 entre a universidade, a construtora Planurbs/Girassol e a prefeitura de Niterói. Ainda cabe recurso no STJ. No topo do Morro, a Planurbs/Girassol pretendia construir um condomínio residencial. Parte significativa da comunidade universitária – entre elas a Aduff, que se envolveu com afinco no caso – contestou o acordo.



39º Congresso do Andes

Principal instância de deliberação do movimento docente, o 39º Congresso do Andes-Sindicato Nacional ocorrerá entre 4 e 8 de fevereiro de 2020, sob a organização da Adusp, com o tema central “Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita”. Contribuições para o Caderno de Textos devem ser enviadas até 6 de novembro de 2019, por e-mail (secretaria@andes.org.br). Acompanhe o calendário referente ao Congresso na página da Aduff na internet (www.aduff.org.br).

Defesa da UFF e da história do DCE

Manifestação em defesa da UFF e contra o Future-se, em frente à sede da entidade, no dia 18 de setembro, reuniu os três segmentos e ressaltou a história de luta do DCE Fernando Santa Cruz. O ato homenageou a memória de Fernando Santa Cruz – aluno do curso de Direito preso e assassinado na década de 1970 pela ditadura. Poucos dias antes da manifestação, um princípio de incêndio na entrada do Diretório Central dos Estudantes teve indícios de ato criminoso. Naquela noite, uma festa reunia ex-estudantes e militantes (UFFSauros) e também homenageava a memória de Santa Cruz.



Greve Global pelo Clima

O Rio de Janeiro se uniu a tantas outras cidades ao redor do mundo na Greve Global pelo Clima, no dia 20 de setembro. O ato saiu da Praça XV e foi até a Cinelândia para exigir justiça climática, o fim das queimadas na Amazônia e respeito aos povos indígenas. Os manifestantes pediram a saída de Bolsonaro — “Amazônia Fica, Bolsonaro Sai!” — e de seu “Sinistro” do Meio Ambiente, Ricardo Salles, criticando a política ambiental, que persegue indígenas, quilombolas e ambientalistas, defende a abertura do território da Floresta Amazônica para a mineração e libera agrotóxicos proibidos em toda a Europa e nos EUA.



Fotos: Luíz Fernando Nabuco



Quilombo abraça a UFF

A roda de samba no Quilombo do Grotão, no Engenho do Mato, em Niterói, no dia 28 de setembro, defendeu a UFF pública, gratuita, autônoma, laica e com liberdade de expressão. A Aduff e ex-estudantes (UFFSauros) participaram. O professor e diretor da Aduff Jairo Salles destacou a parceria entre o Quilombo e a universidade. “A Serra da Tiririca, que fica numa área onde o custo da terra está muito alto, já estaria deteriorada se não fosse a UFF e a Uerj”, disse, ressaltando a importância da resistência social do Quilombo.



Silvio Tandler na UFF

O cineasta Silvio Tandler debateu o documentário “Utopia e Barbárie” (2009), em atividade organizada por coletivos do movimento estudantil da UFF, no dia 2 de outubro, no Gragoatá, em Niterói, na Greve de 48h. “O cinema é a grande forma de você discutir ideias”, disse. “A gente tem que conhecer essa história, essa geografia do passado e discutir como construir um caminho para o futuro. O cinema é fundamental para isso e esse tipo de encontro, mais importante ainda”, afirmou.

No ato #MoroMente, repúdio à censura na UFF

Atividade organizada pela Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia na Faculdade de Direito teve apoio da Aduff para que não fosse censurada pela Reitoria e pelo MEC

O receio sobre onde aconteceria o ato, dentro ou fora da Faculdade de Direito da UFF, em Niterói, persistiu até pouco antes do início. Com isso, o que seria uma atividade sobre as denúncias que recaem sobre o ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça, e os procuradores da Lava-Jato em Curitiba, acusados de manipular processos judiciais, entre eles o que condenou o ex-pre-

sidente Lula, ganhou conotação extra. Tornou-se, também, um ato de repúdio à tentativa de censura na Universidade Federal Fluminense.

“O evento ganhou força simbólica nos últimos dias”, disse o professor Wilson Madeira, diretor da Faculdade de Direito, ao abrir o evento, na noite de 23 de setembro, e mencionar o ofício enviado pelo Ministério da Educação



A professora Marina Tedesco, presidente da Aduff, fala no ato na Faculdade de Direito, em Niterói

à UFF e a decisão da Reitoria de proibir o ato “#MoroMente” no local. Mandado de segurança movido pela Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia (ABJD), Aduff e o diretor da faculdade manteve o ato no Salão Nobre do Direito. “Disseram que estaria sendo utilizado o espaço público para ato político-partidário, o que é um absurdo e foi reconhecido pelo tribunal. Porque a Faculdade de Direito não faz ato político-partidário, ela faz

ato político, ensino político, é uma faculdade comprometida com o Estado Democrático de Direito”, disse.

A professora Marina Tedesco, presidente da Aduff, ressaltou a importância simbólica de realizar o ato num local que tem uma “história de resistência na UFF”. “Somos uma das universidades que mais têm sido atacadas pela direita nos últimos tempos”, disse, citando a tentativa barrada de criação de assessoria militar na Reitoria e

as ações do TRE em 2018. “Porque aqui se luta e se resiste muito, que é o que vai continuar acontecendo”, disse. “A gente não pode achar que negociar e fazer o que eles querem, seja o governo, seja o MEC, fará com que sejam nossos amigos, porque o projeto é nos aniquilar”, disse, ao também criticar a tentativa de censura e afirmar que a Reitoria tem que defender a comunidade universitária, que o elegeu, quando esta é atacada. (Por Hécio Lourenço Filho)



O ato lotou o Salão Nobre e ainda teve telão em outra sala para quem não conseguiu entrar

Homenagem aos que lutaram por um país sem terror, morte, tortura e censura

Evento "Nenhuma Ilha de Liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na UFF" teve homenagem aos que combateram a ditadura

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Uma placa em homenagem aos mortos pela ditadura empresarial-civil-militar na UFF foi inaugurada no campus do Gragoatá, dia 19 de setembro. É assinada pelo Centro Acadêmico Ivan Mota Dias (História); Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF); Instituto de História; Centro Acadêmico de Filosofia; Diretório Acadêmico de Psicologia e pela Aduff-SSind.

Docentes, técnicos e estudantes participaram da cerimônia que exaltou aqueles que “resistiram nos anos de chumbo”, foram perseguidos, torturados e mortos. Entre eles, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (Direito); Ivan Mota Dias (História); Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira (Direito); Telma Regina Cordeiro Corrêa

(Geografia); Tobias Pedreira Júnios (Medicina). “Esta homenagem se estende a todos e todas que não estão com seus nomes aqui registrados, mas estão eternizados, como heróis de nosso povo, pela luta por um país sem terror, morte, tortura e censura. Por eles e elas, nenhum minuto de silêncio, mas uma vida inteira de luta!”, diz a placa.

A presidente da Aduff-SSind, professora Marina Tedesco, participou e destacou a importância da iniciativa, da preservação da memória e da resistência histórica da comunidade universitária na Universidade Federal Fluminense em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais.

O ato político teve a presença de Dora Santa Cruz - professora aposentada da UFF e da UFRJ, irmã de Fernando Santa Cruz, estu-

dante da Faculdade de Direito da UFF preso pelos órgãos repressores da ditadura em 1974, desaparecido e morto no período em que o país era governado por generais e não havia eleições presidenciais.

O objetivo da iniciativa, disseram os organizadores, é resgatar o passado da Universidade em tempos de obscurantismo. Também compareceram à cerimônia a professora Alessandra Barreto, diretora do ICHF, e Laura Maciel, diretora do Instituto de História.

Debate

Após a inauguração da placa, iniciou-se mesa de discussão com Dora Santa Cruz; Gisálio Cerqueira, professor titular de Ciência Política (perseguido e demitido do ICHF pela ditadura); a docente Margareth (ex-integrante do DCE e ex-aluna de

História) e o professor Rafael Vieira (UFF - Angra dos Reis). Este último é membro do Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD) da Aduff, participou da organização do livro “Atitudes de Rebelião”, sobre a repressão e a resistência à ditadura na UFF, publicado pela seção sindical em 2018, com reimpressão em 2019.

As atividades integram o evento “Nenhuma Ilha de Liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na UFF”, realizado pelo Centro Acadêmico de História, em parceria com outros organizadores, entre eles a Aduff. A primeira etapa aconteceu em 12 de setembro, com a professora e pesquisadora Ludmila Gama Pereira, cuja tese de doutoramento aborda a repressão na UFF entre os anos de 1964-1987.



A professora Dora Santa Cruz fala durante a inauguração da placa em homenagem às vítimas da ditadura na UFF, que resistiram e lutaram

Da Previdência à Petrobrás, o projeto do governo é 'destruir' direitos e serviços

Com 'reformas' da Previdência, trabalhista, administrativa, privatizações e Future-se, Bolsonaro tenta fazer a maior retirada de direitos da história do país

O cartaz da manifestante alertava a quem passasse pela av. Rio Branco, no Centro do Rio, naquela quinta-feira, 3 de outubro: a reforma da Previdência equivale a dar 'adeus' à aposentadoria. Próximo da votação final no Plenário do Senado, a PEC 6/2019 deixará o benefício menor, inacessível para muitos ao fixar idades mínimas de 62 e 65 anos, mais distante da integralidade (40 anos de contribuição) e inseguro - a desconstitucionalização permitirá mudar critérios de concessão com simples projetos de lei.

A PEC-6 é a mais destacada das 'reformas' e projetos com os quais o governo Bolsonaro 'ten-

ta' entrar para a história como o que mais destruiu direitos no Brasil. Também pretende, ao menos nas palavras do ministro Paulo Guedes (Economia), privatizar tudo.

Na empreitada de 'destruição', Bolsonaro tem como aliado o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que, após a Previdência, elegeu a 'reforma' administrativa, a ser enviada ao Congresso, como prioridade. A Secretaria de Planejamento fala em fim da estabilidade, rebaixamento nas carreiras e redução de salários e jornadas.

Embora para a plateia o tom seja hostil, Bolsonaro conta com

a maioria do Supremo Tribunal Federal para avaliar tais projetos. Em setembro, o STF negou, por 6 votos a 4, o direito de servidores serem indenizados quando a administração pública não faz a revisão salarial. Deu sinal verde para políticas de reajuste zero, que o próprio STF julgara inconstitucional 18 anos atrás.

Tudo isso foi mencionado no ato unificado que encerrou a Greve de 48h da Educação. Concluído em frente à sede da Petrobrás, o conjunto de denúncias levadas à manifestação pode ser visto como um alerta do que pode acontecer sem uma reação mais forte e conjunta da classe trabalhadora e estudantes.



Manifestante no ato unificado de 3 de outubro, que encerrou a Greve de 48h da Educação no Rio e teve a participação da comunidade acadêmica da UFF

Foto: Luiz Fernando Noburo

Um ministro contra a Educação

Ministro chama docente de 'zebra gorda', diz que Future-se contratará por OS e promete verba a setor privado



Estudantes com balões satirizando o ministro da Educação no ato de 3 de outubro no Rio

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a associar o Future-se à contratação de professores e de técnico-administrativos sem concurso público para as universidades federais, por meio de organizações sociais e sob o regime celetista. Desta vez, porém, explicitamente como uma exigência do projeto do governo federal. "As faculdades e universidades que aderirem ao 'Future-se' vão ter de passar a contratar via CLT e não

mais via concurso público", disse Weintraub, em recente entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

De acordo com Weintraub, o governo planeja implementar o Future-se em 2020, após a sua aprovação pelo Congresso. A proposta do governo prevê alterações em 17 leis, entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O ministro disse que os recursos oriundos do Future-se seriam distribuídos a partir de alguns critérios, como "produção acadêmica que pres-

ta", "patentes", "desempenho acadêmico puro" e "startups".

Repúdio ao ministro

Em evento que reunia os dirigentes de instituições privadas de ensino superior, o ministro disse que, para recompor o orçamento do MEC, vai "atrás das zebras gordas, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês".

Na mesma oportunidade, o ministro se comprometeu a reduzir a fiscalização e faci-

Para enfrentar o Future-se

Duas atividades na Faculdade de Educação, no Gragoatá, em Niterói, debateram o projeto do governo Bolsonaro para a Educação. No dia 18 de setembro, ocorreu o 'Aulão' com a professora da Escola de Serviço Social da UFF Andréa Vale e a pedagoga Simone Silva. No primeiro dia de outubro, véspera da Greve de 48h, debateu-se "Como enfrentar o Future-se?", com os professores Wilson Madeira (Faculdade de Direito) e Reginaldo Costa (Faculdade de Educação e diretor da Aduff), atividade organizada pela Comissão de Mobilização da Faculdade de Educação da UFF.



Debate na Faculdade de Educação da UFF, no dia 18 de setembro

litar a abertura de novos cursos e/ou faculdades privadas: "Preciso do suporte das bases e das bancadas dos senhores para passar o Future-se e, assim, ter verbas para financiar o ensino privado", disse.

As declarações foram repudiadas pelo Andes-SN e pela direção da Aduff. "Demonstram o seu desconhecimento sobre a natureza da atividade docente ou má-fé. O(a)s docentes das instituições de en-

sino superior públicas dedicam muito mais que 8 horas/aula por semana, sendo que suas atividades profissionais vão muito além do trabalho em sala de aula na graduação e pós-graduação", disseram em nota. O Sindicato também afirma que os empresários da educação é que são "as verdadeiras zebras" se esbaldando com as fartas possibilidades de apropriação privada do fundo público.